



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0458888/2018

PA COPAM Nº: 12636/2016/001/2018	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
----------------------------------	-------------------------------------	--

EMPREENDER: JOÃO RODRIGUES DOS REIS	CPF: 538.530.916-87
-------------------------------------	---------------------

EMPREENDIMENTO: JOÃO RODRIGUES DOS REIS	CPF: 538.530.916-87
-----------------------------------------	---------------------

MUNICÍPIO: ROMARIA-MG	ZONA: Rural
-----------------------	-------------

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

Não há incidência de critério locacional

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-04-06	SUINOCULTURA (2.200 CABEÇAS)	03	0

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:	REGISTRO:
JAILTON XAVIER CORREA	CREA-MG: 166963/D

AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA	ASSINATURA
Amilton Alves Filho Analista Ambiental - SUPRAM TM AP Engenheiro Agrônomo, Ms em Agronomia.	1146912-9	 Amilton Alves Filho Analista Ambiental Masp: 1146912-9

De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Regional de Regularização Ambiental	1 191 774-7	 SUPRAM TM/AP
--------------------------------------------------------------------------------------	-------------	------------------

RODRIGO ANGELIS ALVAREZ
MASP 1191774-7
SUPRAM TMAP



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) – 0458888/2018

O empreendedor JOÃO RODRIGUES DOS REIS, Fazenda Marrecos (Novo Horizonte – Mat. 27500) desenvolve a atividade de suinocultura com um plantel de 1.000 animais. O empreendedor possui umaAAF (Autorização Ambiental de Funcionamento) para alojar os animais, sendo a autorização emitida em 04/07/2017 com prazo de validade até 04/07/2021. No entanto, o empreendedor pretende aumentar a capacidade de alojamento de animais passando para 2.200 suínos na fase de crescimento e terminação, sendo classificado como classe 03, conforme DN 217/2017. No dia 12 de junho de 2018 o empreendedor apresentou o RAS (Relatório Ambiental Simplificado) solicitando a ampliação do empreendimento, P.A n.º 12363/2016/002/2018.

O empreendedor possui contrato de integração de suínos com a empresa PIF-PAF Alimentos. O sistema de produção é o de crescimento e terminação com um plantel de 2.300 animais.

Os animais mortos durante o processo produtivo (suínos) são destinados para uma compostaria localizado dentro do empreendimento e os resíduos do processo de compostagem são utilizados como adubo orgânico na propriedade rural. Os dejetos produzidos no empreendimento são direcionados para lagoas de tratamento e estabilização. O empreendedor apresentou o projeto técnico das Lagoas de estabilização. No entanto, será condicionada ao empreendedor a comprovação da impermeabilização da lagoa (s). De acordo com as informações prestadas os dejetos são direcionados para um biodigestor e em seguida é armazenado em uma lagoa facultativa impermeabilizada. Após a lagoa os efluentes são utilizados em áreas pastagens, milho e soja.

Vale mencionar que essas informações constam no RAS (Relatório Ambiental Simplificado). A água utilizada para consumo humano e animal é proveniente de 02 (dois) cadastros de uso de volume insignificante.

O empreendimento está localizado na zona rural e não há relatos de odores desagradáveis por vizinhos. A responsável técnica atesta que o empreendimento possui todos os sistemas de controle necessários para mitigar os potenciais impactos.

Vale destacar que o empreendedor apresentou o CAR (Cadastro Ambiental Rural do empreendimento)

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em relação ao critério locacional “0”, foi apresentado estudo conforme o respectivo Termo de Referência, verificando-se a viabilidade do empreendimento. Esta viabilidade foi aferida por meio da avaliação dos impactos do empreendimento no critério locacional em



questão, o que repercutiu no estabelecimento das medidas de controle, presentes no estudo em referência, julgadas adequadas neste parecer.

Vale salientar que a análise do RAS foi feita com base nas informações prestadas pelo empreendedor. O analista responsável pela elaboração do parecer não vistoriou o imóvel, sendo o empreendedor o responsável pelas informações prestadas.

A blue ink signature in cursive script, appearing to read 'B. S.', is located in the bottom right corner of the page.

N



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento JOÃO RODRIGUES DOS REIS - Fazenda Marrecos – Lugar Novo Horizonte

Para a licença ambiental simplificada ficam determinadas as seguintes condicionantes constantes do quadro abaixo, podendo excepcionalmente ser incluída nova condicionante desde que tecnicamente justificada.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes	Durante a vigência da licença.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM –T MAP, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Fazenda Marrecos – Lugar Denominado Novo Horizonte

1. SOLO

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de Análise
Nas áreas submetidas à aplicação dos fertilizantes orgânicos oriundos da suinocultura (dejetos e composto orgânico) ^(1, 2, 3, 4) .	pH em H ₂ O, K (Potássio), Al (Alumínio), Na (Sódio), Cu (Cobre), Zn (Zinco), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), Enxofre (S) CTC, P (Fósforo), (C) Carbono e matéria orgânica. Somente no primeiro ano o empreendedor deverá analisar a textura do solo.	Anualmente

- (1) Seguir recomendação da aplicação de compostos orgânicos elaborada por técnico habilitado, seguindo os princípios agronômicos e projetos pertinentes;
- (2) A recomendação da taxa de aplicação dos fertilizantes orgânicos no solo deve ser elaborada/revista anualmente de acordo com os critérios agronômicos;
- (3) A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm, conforme “Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5^a Aproximação, capítulo 1 - Amostragem de solo, pg. 13 -20” (Lopes; Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.
- (4) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados. Caso a aplicação tenha ocorrido em propriedade diversa, anexar anuência do proprietário;

Relatórios: Enviar à Supram, no 1º ano, 5º ano e 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas anualmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, com ênfase no estado nutricional do solo e sua condição em continuar recebendo o tipo de fertilizante com vistas aos aspectos ambientais. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Métodos de análise: Utilizar a metodologia de análise de solo da Embrapa, 2009 e possíveis atualizações.



2- RESÍDUOS SÓLIDOS

Item	Monitoramento	Periodicidade
01	Frascos vazios de produtos veterinários devem ser armazenados temporariamente em tambores localizados em locais específicos para posterior disposição final adequada, obedecendo ao disposto na Resolução CONAMA nº 358/2005. Comprovar anualmente junto ao órgão ambiental.	Anualmente durante a vigência da licença.
02	Apresentar relatórios anuais junto ao órgão ambiental demonstrando que a composteira que trata os animais mortos durante o processo produtivo está sendo bem manejada.	Anualmente durante a vigência da licença

03 – EFLUENTES LÍQUIDOS PRODUZIDOS

Item	Local de observação	Frequência
01	Comprovar anualmente junto ao órgão ambiental que a lagoa que recebe os efluentes da suinocultura está completamente impermeabilizada com manta do tipo PEAD	Anualmente durante a vigência da licença de operação.

Relatórios: Enviar à Supram, anualmente os laudos das análises realizadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.